

GT40: Esportes, autoritarismo e pandemia: problematizações e resistências em tempos extremos

Mariane da Silva Pisani, Luiz Rojo

Este Grupo de Trabalho amplia os debates iniciados na Mesa Redonda ocorrida na última RBA (2020). Nosso objetivo é acolher trabalhos (em andamento ou concluídos) que abordem como as práticas esportivas (no Brasil e no mundo) lidam com o atual giro político à direita. Temos vivido retrocessos políticos, aumento do autoritarismo, aumento de violências (de gênero, étnico-raciais e/ou LGBTfobia) e, mais recentemente, a Pandemia de Covid-19. Neste cenário as práticas esportivas e seus(uas) participantes sofreram duros impactos, afinal sabemos que os esportes devem ser compreendidos como fenômenos sociais que conectam esferas da vida pública e privada. Receberemos pesquisas que evidenciem como os esportes e suas práticas são inteseccionados por questões como: política, gênero, raça, etnicidade, sexualidade, deficiência, saúde, pandemia, dentre outras. Incentivamos que as(os) proponentes enviem suas reflexões tendo como base diferentes modalidades: futebol, vôlei, rugby, dança, basquete, boxe, atletismo e/ou outros. Ou mesmo tendo como pano de fundo os megaeventos como Jogos Olímpicos, Jogos Olímpicos de Inverno, Copa do Mundo (masculina e feminina). A partir destes diferentes cenários evidenciaremos como os esportes tem sido palco de disputas políticas, identitárias e sanitárias. Logo não podem e não devem ser compreendidos como arenas alienantes, uma vez que são disputados e podem ser apropriados tanto por pautas progressistas, quanto por perspectivas totalitárias.

Outra vez o "sexo biológico": o PL-346/2019 e o esporte como mais uma nova arena da ofensiva antigênero

Autoria: Maurício Rodrigues Pinto

Este trabalho trata da controvérsia pública em torno do PL-346/2019, protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em abril de 2019 e que tem por objetivo restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais. O projeto de lei, de autoria do deputado estadual Altair Moraes (Republicanos - SP), visa estabelecer o "sexo biológico" como o parâmetro único e definidor da elegibilidade esportiva no estado de São Paulo e tornou-se base para outros projetos de lei de semelhante teor que foram protocolados em casas legislativas municipais, estaduais e mesmo na Câmara Federal. Atualmente, há uma única atleta trans brasileira que atua em competições esportivas oficiais, a jogadora de vôlei Tiffany Abreu. Em um contexto marcado pelo avanço do conservadorismo, em especial após as eleições de 2018, parte-se da hipótese de que o PL-346 alinha-se a um movimento de ofensiva antigênero e faz parte de uma série de disputas políticas em torno do gênero. Tal alinhamento a esta ofensiva não se daria apenas pelo cerceamento do direito de pessoas trans acessarem o esporte de alto rendimento, contrapondo-se às mais recentes normativas e consensos sobre a elegibilidade esportiva de entidades esportivas internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional (COI). Neste trabalho, por meio das vozes de diferentes atores envolvidos nessa controvérsia, busco também mostrar que os argumentos em defesa de projetos que visam restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas, por meio do acionamento de pânico morais, mobilizam repertórios e gramáticas que respaldam discursos favoráveis à rebiologização das diferenças sexuais e à institucionalização da transfobia.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

